

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 9, número 2 (2018)
ISSN: 2177-2886

Diálogo
Movimentos
Sociais

A Trajetória Acadêmica de uma Psicóloga, Mulher Trans e Negra dentro da Universidade

*La Trayectoria Académica de una Psicóloga,
Mujer Trans y Negra dentro dela Universidad*

*The Academic Trajectory of a Psychologist,
Trans and Black Woman within the University*

Ariane Senna

Centro de Estudos Afro-Orientais- CEAO/UFBA
– Brasil
psicologia_arianesenna@yahoo.com.br

Como citar este artigo:

SENNA, Ariane. A Trajetória Acadêmica de uma
Psicóloga, Mulher Trans e Negra dentro da
Universidade. **Revista Latino Americana de
Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 304-317, 2018.
ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

A Trajetória Acadêmica de uma Psicóloga, Mulher Trans e Negra dentro da Universidade

La Trayectoria Académica de una Psicóloga, Mujer Trans y Negra dentro de la Universidad

The Academic Trajectory of a Psychologist, Trans and Black Woman within the University

Resumo

Este artigo apresenta um relato de experiência da trajetória acadêmica de uma mulher trans e negra, visa examinar os desafios da inclusão e permanência vivenciados dentro do espaço acadêmico. Este trabalho não se propõe a afirmar que todas as mulheres trans e negras passem pelas mesmas situações, mas sim trazer a reflexão sobre o quanto essas vivências podem contribuir como mecanismos de opressão que resulta na mulher trans, sentimentos de fraqueza e desencorajamento. Minha pesquisa é baseada em larga medida pela autoetnografia, entendida aqui como um método de escrita capaz de estudar a experiência pessoal do pesquisador, se opondo aos discursos hegemônicos em que excluem as experiências de si, e se mantém na ótica de pesquisador-objeto e seu distanciamento.

Palavras-Chave: Mulher trans; Desafios; Inclusão; Permanência; Autoetnografia.

Resumen

Este artículo presenta un relato de experiencia de la trayectoria académica de una mujer trans y negra, y apunta a examinar los desafíos de la inclusión y permanencia vivenciadas dentro del espacio académico. Este trabajo no se propone afirmar que todas las mujeres trans y negras pasen las mismas situaciones, pero sí traer la reflexión sobre como esas vivencias pueden contribuir como mecanismos de opresión que resultan en la mujer trans, sentimientos de debilidad y desvalorización. Mi investigación es basada en larga medida por la auto etnografía, entendida aquí como un método de escritura capaz de estudiar la experiencia personal del investigador, oponiéndose a los discursos hegemónicos en que se excluyen las experiencias en sí, y se mantiene una óptica de pesquisador-objeto y su respectivo distanciamiento.

Palabras-Clave: Mujer Trans; Desafios; Inclusión; Permanencia; Auto etnografía.

Abstract

This article presents an account of the experience of the academic trajectory of a trans and black woman and aims to examine the challenges of inclusion and permanence experienced within the academic space. This paper does not aim to affirm that all trans and black women undergo the same situations, but rather to reflect on how these experiences can act as mechanisms of oppression, resulting, for the trans woman, in feelings of weakness and discouragement. My research is largely based on self-ethnography, understood here as a writing method which allows to study researcher's personal experience, opposing the hegemonic discourses that exclude the experiences of self, and stands in the perspective of object-researcher, and still keeping the distancing between them.

Keywords: Trans Woman; Challenges; Inclusion; Permanence; Self-ethnography.

Ariane Senna



Introdução

Este trabalho apresenta um relato de experiência da trajetória acadêmica de uma mulher trans e negra, e visa examinar os desafios da inclusão e permanência dentro do espaço acadêmico. Para tanto, trago uma autorreflexão sobre eventos por mim vivenciados ainda no ensino médio quando conciliava a prostituição com os estudos, à entrada na faculdade quando comecei a estudar psicologia, os primeiros embates para minha permanência com a rejeição do uso de meu nome social, acompanhados de agressão física, a negação e repúdio sofrido pelo uso do banheiro de acordo com minha identidade de gênero. Analisar sobre o que temos como produções acadêmicas referente as mulheres trans permite também refletirmos sobre o que temos escrito, onde estamos escrevendo e o que estamos escrevendo sobre mulheres, sobre essas mulheres e, muito mais do que isso, quem escreve e tem o direito e oportunidades de serem lidas (os). Nesse sentido, busco nesse artigo escrever sobre minhas próprias experiências, com o intuito também de visibilizar escritas realizadas por nós mesmas.

Metodologia

Minha pesquisa é baseada em larga medida pela autoetnografia, entendida aqui como um método de escrita capaz de estudar a experiência pessoal do pesquisador que não suprime as suas subjetividades e se opõe aos discursos hegemônicos e dominantes em que excluem as experiências de si, pautando-se na ótica de pesquisador-objeto e seu distanciamento.

De acordo com Versiani (2002a) fazer autoetnografia substitui noções de representação por noções de construtividade e comunicação mais não retira o potencial transformador ativo e político dos textos, muito pelo contrário, é uma perspectiva englobada por uma política transformadora que traz uma potencialidade do processo comunicativo com as singularidades, trajetórias e pertença, construída a partir de um processo de interação e negociação entre o eu do pesquisador e o eu do outro.

A autora aponta que essa política na escrita baseia-se na versão construtivista e não na representação por entender que para o discurso do indivíduo ser legítimo, terá que estar estático abandonando as suas singularidades, por isso buscar afirmar o eu mutável, plural, que possui uma trajetória pessoal, mas que interage com outras. Dessa forma, (JONES; ADANS; ELLIS, 2013, p. 1339) afirma que:

O método da autoetnografia propõe a pesquisa social numa prática ainda menos alienadora, em que o pesquisador não precisa suprimir sua subjetividade, pois pode “refletir nas consequências do [seu] trabalho, não só para os outros, mas para [si] mesmo também, e onde todas as partes – emocional, espiritual, intelectual, corporal, e moral – podem ter voz e serem integradas”.

Segundo Versiani (2002b) buscar estratégias alternativas de construções de leituras de textos e construção do eu se torna necessário na medida em que se

amplia o interesse teórico e político de visibilizar as subjetividades associadas a grupos minoritários. Dessa forma, consigo escrever sobre mim, sem perder o viés científico exigido e sem perder a credibilidade da leitura e escrita que por vezes poderá ser vista como 'nada acadêmico'.

Nesse sentido, ao tentar resgatar nos discursos de matizes autobiográficos a construção de subjetividades marginais (distintas do sujeito hegemônico branco, masculino e europeu, que se sobrepôs ao próprio conceito de Sujeito), teóricos e críticos literários evitariam as antigas estratégias de leitura que, afinal, construíram a noção de Sujeito unívoco e estável que ora pretendem desconstruir. (VERSIANI, 2002b, p. 59)

Escrevo este trabalho também a partir dessa perspectiva construcionista em que Versiani (2002b) explica que é uma percepção sobre os discursos por uma mesma pessoa (monologismo) ou correlacionado com outros discursos (dialogismo) estabelecidos pelo próprio teórico e crítico que ela (e) mesma (o) considera produtivos para sustentar e reconhecer a sua própria escrita, o que a autora chama de políticas de leitura. Dessa maneira, escrevo aspectos pessoais da minha vida não apenas com o intuito de visibilizar a minha trajetória, mas também de politizar essas vivências e chamar a atenção para aspectos que poderão passar por despercebidos e/ou maquiados por outras histórias que poderão ser contadas pelas pessoas cisgêneras¹.

Buscando outras Possibilidades Além da Prostituição

Mesmo ao ser expulsa de casa aos treze anos de idade e ter que passar obrigatoriamente pela prostituição, abandonar os estudos nunca foi uma opção para mim. Passei a conciliar a prostituição com o ensino médio. Durante a noite ia para as ruas onde ficava até a madrugada, enquanto descansava pelas manhãs e estudava as tardes. Foi no ensino médio ainda sem conhecer sobre os meus direitos, que vivenciei a primeira agressão física ligada diretamente a minha identidade de gênero. Anteriormente, ainda no ginásio sofri também algumas agressões físicas como chutes na barriga e tapas na cara por moradores perto da escola, mas como ainda não havia transicionado, não me atentei nesse texto a esse momento como violências transfóbicas.

No primeiro ano do ensino médio, já com o corpo modificado através de injeções de anticoncepcionais e com cabelos longos com a utilização de apliques e mega-hair eu já externalizava a mulher que sempre vi em mim e isso me levou a utilizar o banheiro feminino do colégio. Ao entrar no banheiro masculino (porque ainda não me dava conta dos meus direitos e de fato ainda não tinha leis, projetos de leis e portarias dentro das escolas que me desse o direito de entrar nos femininos) fui surpreendida por três alunos que me prenderam dentro da cabine do banheiro e como se faz com uma peteca, me

¹ São todas as pessoas que não são trans. São as pessoas que nascem biologicamente com um determinado sexo e se identifica com ele, o que não tem ligação direta com a orientação sexual. Ver em: <<https://bit.ly/1nDHaz3>>. Acesso em: 14/08/2018.

jogavam para um e outro me agredindo com a tampa do vaso sanitário seguindo de palavras como “você não é mulher? Não aguenta macho? Toma viado!” Onde só foi possível sair com a presença do auxiliar de limpeza que logo percebeu a movimentação e pediu que todos saíssem nos levando para a diretoria da escola.

Frente a direção, eu não conseguia dizer uma palavra, pois tinha medo do pior acontecer, como os agressores haviam me prometido se eu contasse algo. No fim da história, eu saí com uma advertência de que teria que entrar na escola apenas na semana seguinte acompanhada com meus pais. Após isso, tive a certeza que o banheiro masculino não era o meu lugar, mas como o feminino também não era por permissão da direção, eu passava a esperar o fim do turno em que todos tinham ido embora ou pedia as amigas com deficiência para utilizar o banheiro que era reservado para elas.

Buscando sair da prostituição e trabalhar em um emprego formal, foi onde eu encontrei uma promotora de ações de uma universidade particular que me convidou para que me inscrevesse no vestibular. Me inscrevi mesmo sem acreditar que poderia passar, pois o sentimento de baixa autoestima era algo que muito me afetava no ano de 2011. Passei, cursei psicologia durante cinco anos, ganhei na formatura o certificado de honra de melhor aluna por mérito de melhores notas e me tornei a primeira mulher transexual psicóloga da cidade de Salvador. O que procuro mostrar aqui é que dentro desse percurso foram vários obstáculos encontrados que perpassam as práticas discentes e docentes associadas a lógica da competição e pensamentos, atitudes e comportamentos machistas, sexistas e transfóbicos. Para entender os processos pelos quais passei, busco trazer a reflexão sobre a minha entrada na universidade quando comecei a estudar psicologia, com os primeiros embates para minha inclusão e permanência perpassando pelo meu ingresso na Universidade Federal da Bahia quando me inseri em uma segunda graduação e na pós-graduação onde estou atualmente.

Faculdade: Espaço de Resistência e Empoderamento

Entrar na faculdade há sete anos em um contexto em que eu era muito mais reprimida e envergonhada da minha própria imagem possibilitou que inicialmente eu nem mesmo exigisse o direito do uso do nome social e assim aceitava ser chamada inicialmente pelo nome do registro de nascimento. Com os diálogos em rodas e eventos de mulheres e LGBTs² eu passei a me conscientizar dos meus direitos não apenas sobre o nome, mais também sobre a utilização dos banheiros de acordo com minha identidade de gênero e outros entraves. Estando em uma faculdade particular em que maioria dos discentes eram adultos, trabalhadores e 'pais de família', me deparei com muitos religiosos e ditos 'tradicionais' que diziam não conseguir enxergar a minha condição como 'normal' por mais que tentassem, e se recusavam me chamar pelo nome de Ariane, preferindo chamar-me por Ari.

Durante os cinco anos de estudos em psicologia foram vários os desafios encontrados para minha permanência naquele espaço. Ainda nos primeiros dias

2 Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

de aula vivenciei conversas de que um homem estava usando o banheiro feminino, fato que levou a criação de um abaixo-assinado que foi levado a diretoria e/ou coordenação do curso para que fosse proibida a minha entrada naqueles espaços considerados inadequados a minha identidade sexual e de gênero. Outro evento marcante em minha trajetória foi a agressão sofrida com bolinhas de papéis atiradas por estudantes de Educação Física quando eu passava pelos corredores de um andar que juntava alunos de psicologia com alunos do curso em licenciatura em Educação Física. Levei o caso para a ouvidoria e a situação foi contida. Para além disso, dentro da própria sala de aula me dava a sensação muitas vezes em estar em um campo de batalhas. Vivenciava exclusões de reuniões e rodas de entretenimento combinada pelos discentes bem como discursos de ódio que se baseavam sempre em justificativas de ser 'apenas uma opinião'. Sofria também da competição por ser não apenas uma mulher trans, mas uma mulher que mesmo trabalhando sempre sozinha, tirava as melhores notas nas avaliações e realizava ótimas apresentações nas avaliações orais.

A Justificativa para Velar a Transfobia

Certa vez, em discussão que provoquei em sala de aula sobre psicologia e a população LGBTQ, chamando a atenção para o nosso papel de psicólogas (os) frente as questões e direitos dessa população, ouvi de uma aluna que passava dos cinquenta anos de idade o seguinte: “não é questão de preconceito eu não querer lidar com essas pessoas, mas sim uma questão de reconhecer limites em que nós psicólogas e psicólogos aprendemos a reconhecer”. Abismada com o ódio velado no discurso eu questionei: “estamos formando para que? Para quem? Lidar com humanos! E travestis e transexuais assim como toda a população LGBT são humanos, portanto não tem como buscar reconhecer um limite para com isso”. Finalizando a minha fala, sugeri outros campos de estudos como o Direito e outros cursos que se propõem mais a pensar e decidir sobre o outro. A partir disso, experienciei um processo de exclusão ainda maior, dessa vez com a justificativa de que somos uma população que 'vive muito na defensiva', o que pareceu ser de concordância também com alguns docentes.

Essas e outras questões do tipo me deram uma inquietação de buscar agregar um embasamento para além da academia, para dialogar e se inserir na psicologia que ainda demonstrou ser para mim, durante esses cinco anos, ainda muito ortodoxa, branca e elitizada. Isso me levou a trilhar os caminhos no movimento social, a participar de encontros, seminários e congressos sobre gênero, mulheres e feminismo, e assim iniciei minha graduação em estudos de gênero e diversidade na Universidade Federal da Bahia. Participei da seleção, passei e iniciei o curso de bacharelado que faz parte do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM/UFBA. Inspirada em um novo ambiente acadêmico, com a presença de pessoas trans e gays afeminados, de negras e negros, e um público bem diversificado em termo de aparência, magra, alta, baixa, gorda etc. imaginei que ali os meus problemas teriam acabado e que finalmente havia conquistado o tão sonhado direito a permanência na universidade. No entanto, não demorou muito para vivenciar e

perceber os novos desafios que me colocavam frente a diversas situações transfóbicas.

Violência Física, Psicológica e Simbólica

Na primeira semana de aula na Universidade Federal ocorreu o primeiro ato transfóbico na portaria, pelos próprios agentes de segurança do local, quando estes ficavam zombando e me violentando verbalmente através de piadas e gargalhadas. Este caso precisou chegar até o reitor da Universidade para que fosse resolvido. Meses depois, dentro do restaurante universitário, os olhares constrangedores dos funcionários não foram os piores da situação. Ocorria que diariamente recebia menos porções de comida e até ausência de algum item sem justificativa alguma, fato que ocorreu até o momento em que registrei queixa na administração do restaurante juntamente a pró-reitoria de ações afirmativas. Semanas depois tudo foi normalizado. Outra situação ocorreu no ponto de ônibus do transporte escolar da universidade, onde ao tentar pegar o ônibus pedi uma informação ao motorista sobre o percurso a ser seguido e ele, como resposta, disse que eu buscasse ler os cartazes dos roteiros que estavam colado no ônibus, após, tentei entrar no ônibus e o motorista arrastou o veículo sem que eu conseguisse entrar. Registrei o caso por e-mail também para a pró-reitora de ações afirmativas.

Mais ao falarmos de violência, não podemos nos centrar apenas nas que são físicas. Tem outra dimensão que pode causar tão grandes prejuízos quanto físicos e psicológicos ou até mais profundos que é a violência simbólica. A violência física chama mais atenção devido aos “atos violentos, nos quais se faz o uso da força física de forma intencional, não acidental, com o objetivo de ferir, lesar, provocar dor e sofrimento ou destruir a pessoa, deixando, ou não, marcas evidentes no seu corpo”. (MASCARENHAS, et al. 2012, p. 2333) assim como a psicológica em que acontece “toda forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobrança exagerada, punições humilhantes e utilização da pessoa para atender as necessidades psíquicas de outrem”. (MASCARENHAS, et al. 2012, p. 2333), mais a simbólica tem um potencial de eliminar o sujeito de todas as formas.

De acordo com Lostada (2016) a lógica da dominação simbólica não ocorre apenas entre a pressão e consentimento, mas também através de esquemas de perceber, avaliar e agir que são obscuras a própria pessoa que sofre por acontecer sem qualquer coação física, agindo como uma 'magia' através do amor, admiração, respeito e que resulta na timidez, vergonha, ansiedade e culpa de maneira a ser mais aceita e justificada como 'nada demais' sob o outro, como Bordieu afirma:

Ao tomar "simbólico" em um de seus sentidos mais correntes, supõe-se, por vezes, que enfatizar a violência simbólica é minimizar o papel da violência física e (fazer) esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas, ou, o que é ainda pior, tentar desculpar os homens por essa forma de violência. O que não é, obviamente, o caso. Ao se entender "simbólico" como o oposto de real, de efetivo, a suposição é de que a violência simbólica seria uma violência

meramente "espiritual" e, indiscutivelmente, sem efeitos reais. (2002, p. 46)

Dessa forma,

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto. (BORDIEU, 2002, p. 47)

A Luta por Mostrar ser Capaz

Ao me propor pesquisar a solidão da mulher trans, negra e periférica no mestrado lido com pessoas dentro da academia, principalmente docentes que levam o tema e o assunto com zombaria representado por expressões por 'um ar de peninha' coisa que já percebo conscientemente, um constrangimento e um sentimento de desvaler a mim mesma por ver que o que me proponho a escrever não é tido por um doutor como interessante e científico. Do mesmo modo, acontece com as apresentações que exponho nas minhas atividades extracurriculares e do ativismo social em que por aproveitar o espaço para falar mais de onde sou, o que penso e exemplificar com a minha realidade, isso passa a ser visto por muitas e muitos organizadores de eventos como algo que seja pouco informal ou vitimizador, o que recai ainda mais como um desencorajamento.

Essas questões me leva há exclusões de espaços em que sempre acreditei ser acolhedor e de encorajamento assim como em alguns movimentos feministas, mas como Melo (2008) aponta sobre a inclusão de mulheres trans em encontros feministas em que a transexualidade tem sido uma nova questão para o feminismo, ao mesmo tempo em que se somam as questões antigas dentro do próprio movimento como a questão da diferença sexual.

As feministas negavam a ideia de “diferença sexual” como resposta à exclusão da participação política das mulheres. Entretanto, ao agir em nome das mulheres, invocavam a mesma diferença que pretendiam negar (sendo a ideia de “diferença sexual” parte desses mesmos discursos), um paradoxo que desafia a tradição, acentua suas contradições, sem, contudo, abalar as crenças ortodoxas. (MELLO, 2008, p. 557).

Segundo Mello (2008) essa contradição dentro do movimento se dá pela

mesma questão das discussões sobre igualdade e diferença em que se problematiza se as mulheres são iguais aos homens e por isso devem reivindicar os mesmos direitos ou se são diferentes e por essas diferenças que exigem os mesmos direitos? Pensamento que define uma única possibilidade de ser:

A consequência desse raciocínio é que, mais uma vez, a diferença sexual é percebida como um fenômeno da natureza (reconhecível, mas mutável) quando, no entanto, é mais um fenômeno indeterminado, como etnia, cujo significado está sempre em discussão (MELLO, 2008, p.558).

Identidade e Raça

Angela Figueiredo, professora e pesquisadora do Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), escreveu uma carta para Judith Butler intitulada 'Carta de uma ex-mulata à Judith Butler' para dizê-la o quanto os estudos das relações raciais se conecta ao estudo em que Judith escreve sobre a teoria *queer*.

O termo ex-mulata não foi por acaso, uma vez que o propósito de Angela foi usá-lo mesmo no termo pejorativo que traz toda a concepção histórica da miscigenação e que se relaciona diretamente com o processo do sexo com o homem branco e a mulher mulata, processo esse de uma violência sexual e androcêntrica.

Os estudos das relações raciais no Brasil emerge através dos movimentos negros a partir de 1970, para firmar sua identidade e recusar a ideia do colorismo³, que traz inúmeros termos de cor. A partir dos anos 1970 essas demandas passam a ser ouvidas principalmente do ponto de vista político e tem a importância de contribuir e garantir novas conquistas para essa população.

De acordo com Figueiredo (2015) os estudos de gênero ainda que surjam de abordagens teóricas diferentes e distintas das abordagens dos estudos das relações raciais, elas demonstram muitas similaridades. Nascemos em uma sociedade em que raça é construída discursivamente como algo não polarizado, uma vez que o colorismo traz uma classificação de cores no Brasil que vão do branco e que perpassa pela cor parda, mulata e outras até chegarem no preto, assim como nascemos e nos deparamos em um sistema machista e misógino que constrói para o homem o seu lugar de poder.

Ao comparar por exemplo a questão da raça como é vista no Brasil e nos Estados Unidos para buscar entender essa questão do sistema classificatório de cor como os preconceitos e manifestações raciais, ativistas negros e pesquisadores perceberam que houve diferenças na classificação de negros nesses Países.

3 “Discriminação pela cor da pele é muito comum em países que sofreram a colonização europeia e em países pós-escravocratas. De uma maneira simplificada, o termo quer dizer que, quanto mais pigmentada uma pessoa, mais exclusão e discriminação essa pessoa irá sofrer”. Ver em: Geledés. Instituto da Mulher Negra. Texto originalmente publicado em 27 de janeiro de 2015, em Blogueiras Negras.

No início, a maioria dos pesquisadores brasileiros, assim como os norte-americanos, consideravam que o racismo na sociedade brasileira era inexistente por dois importantes motivos: devido ao grande número de mestiços e a inexistência de segregação racial oficial na sociedade brasileira. A partir do final dos anos 1970, os ativistas negros brasileiros e alguns pesquisadores americanos ofereceram uma outra perspectiva. Para eles, o racismo no Brasil é pior do que o existente nos Estados Unidos, já que aqui as desigualdades sociais caminham lado a lado com o discurso da democracia racial e da mestiçagem, o que dificulta, sobremaneira, que os negros mestiços no Brasil tenham consciência da sua condição social estar relacionada à sua condição racial e, conseqüentemente, assumirem a identidade negra. (FIGUEIREDO, 2015, p. 154)

Percebe-se então que enquanto no Brasil o preconceito racial é movido pela aparência ou por quanto mais o indivíduo tiver uma pele mais escura, nos Estados Unidos esse preconceito é de origem, já é marcado através da ascendência negra, existindo assim um apartheid e um binarismo de cor, ou é branco ou é preto. Portanto, pode-se dizer que o lutado, pardo ou morenos considerados pela sociedade Brasileira serve como uma válvula de escape para se fugir do racismo e estigmatização. “Dessa perspectiva, alisar o cabelo na sociedade brasileira pode não ser visto apenas como um exercício de beleza, mas também pode ser considerado como um modo de mover-se na escala classificatória da cor, tornando-se menos negro”. (FIGUEIREDO, 2015, p. 155)

Enquanto para os povos estadunidenses o racismo é marcado e as pessoas já nascem com todas as barreiras a serem enfrentadas desde a primeira infância, por um outro lado os negros podem valorizar a sua própria identidade enquanto os Brasileiros, essa população estar entre vários grupos e degradações, dificulta a militância por ter sua identidade fragmentada.

Dessa forma, desde a infância quando a criança passa pelo momento de reconhecimento começa também a passar por alterações químicas nos cabelos e outras mudanças que a façam parecer mais branca. Isso se deve não apenas pelo fato de já encontrar um modelo branco e eurocêntrico na sociedade, mas sim pelo fato do preconceito que colocam sempre as pessoas negras em condições inferior e oposta aos brancos, como menores níveis de escolaridade, renda e educação.

Figueiredo (2015) aponta o quanto é ausente no Brasil as identidades raciais fixas que se identificam mais pelas aparências e se debruça a entender o que é ser negro do que como ocorre nos Estados Unidos onde já se nascem negros e não há como transitar pelas raças, o que não leva para o contexto estadunidense o interesse em investigar sobre o que é ser uma pessoa negra. Em ambos os contextos há uma hierarquia de cor que insiste em nos diferenciar, através da cor vivemos no passado na época da escravidão. Esse preconceito racial pode oprimir de forma mais intensa quando é direcionado a pessoas que sofrem discriminação por fazer parte de outros grupos que

'destoam da norma'.

Em análise correlata, Sarah Schulman (2010) destaca a homofobia existente no interior das famílias e o modo como tais práticas contribuem para a construção de uma inferiorização do homossexual, mantendo-o em posição de menor valor. A autora enfatiza duas experiências compartilhadas da vivência homossexual: a primeira é o processo de assumir-se como homossexual e a segunda é de inferiorização dentro da família. A autora considera que as pessoas gays estão sendo punidas no contexto familiar mesmo que nunca tenham feito nada de errado. Como consequência dessas práticas, a pessoa gay torna-se o bode expiatório dentro e fora da família. (SCHULMAN, 2010 apud FIGUEIREDO, 2015 p. 158)

Para que haja uma reação dos indivíduos que sofrem racismo no interior das famílias é preciso que reconheçamos a dupla opressão como o racismo e a homofobia que é estruturado em nossa sociedade e não silenciar essas questões. Dentro dessa perspectiva, Figueiredo (2015) dialoga a questão racial com o termo *queer* contido no livro 'Corpos que importam' de Judith Butler, não com a questão da sexualidade em si mais na arena da identidade.

Para a autora, há uma relação com as razões que Butler utiliza que permitem a transformação do sentido negativo para o positivo, atribuída ao termo *queer*, em oposição ao fracasso assim como afro-americanos utilizam o termo *nigger* que equivale ao termo negros.

Nesse sentido, podemos dizer que em termos das identidades raciais e sexuais o contexto latino americano, com particular ênfase para o Brasil, sempre foi *queer*, se consideramos, prioritariamente, a fluidez da categoria e o desafio à identidade presente nessa categoria. (BUTLER, 2004 apud FIGUEIREDO, 2015, p. 160).

Portanto, a lógica das identidades *queer* que fogem da norma estabelecida pela sociedade é a mesma estabelecida para as identidades de raça pois, assim como as pessoas não brancas estão ligadas ao modelo não hegemônico e a normatividade, as identidades diversas, identidades sexuais e de gênero que destoam da norma também não.

Outro ponto importante a ser destacado na questão da raça é a diferença entre mulato e mulata pois como afirma Mariza Corrêa (1996, apud FIGUEIREDO, 2015) os mulatos estiveram associados ao desenvolvimento econômico do país enquanto a mulata na lógica da reprodução tendo o seu corpo sexualizado. Esse é um dos motivos da importância do autorreconhecimento enquanto mulher negra pois desconstrói o discurso da mulata sexualmente construída. Portanto é possível perceber o quanto a questão racial perpassa pela questão de gênero.

O termo mulata não passa apenas por uma discussão de gênero mas sim também pela questão da geração. Isso quer dizer que há um modelo, pensamentos e fantasias sobre esse corpo mulato. Trata-se de um corpo jovem

e sedutor e não de uma criança ou uma idosa mulata.

Evidencia-se então a importância do autorreconhecimento em sermos não apenas mulheres mas também mulheres negras. Os registros de nascimento nos dirão que somos pardas e ao decorrer dos anos o escurecimento do tom de pele surgirá e passamos a nos identificar enquanto morena escura, mestiça ou mulata, ao se reconhecer e se tornar negra para além do reconhecimento estaremos também nos reivindicando politicamente a fim de se fazer debater o que é ou não bonito e aceito pela sociedade brasileira.

Mas Você não é Tão Negra Assim!

Apesar das semelhanças de identidade e de raça com relação as mulheres negras cis, há também muitas diferenças no que se refere a outros eixos de identidade, como sexualidade e cor da pele. Dessa forma, outra violência simbólica que observo são aquelas cometidas pelas próprias mulheres cis e negras. Tentam-me desqualificar em algum passo dado, julgam que esses passos que caminho não merecem reconhecimento por eu ser uma negra de pele clara e ter tantos privilégios, mas pior do que isso foi ser mesmo questionada sobre minha raça e ouvir de uma mulher preta de que não 'sou tão negra assim' e em outras vezes que sou branca. No contexto de configuração racial Brasileira em que os tons da pele têm um papel importante na posição do indivíduo na estrutura social “[...] o mestiço tem um tom de pele mais clara do que o negro, sendo aceito com mais facilidade na sociedade, mesmo assim, vivem o dilema da construção de sua própria identidade: aceitar a cultura negra ou a branca”. (ALVES et al., 2017, p.2). Dessa forma, a mesma discussão identitária no feminismo, se dá aqui também no movimento negro onde a minha posição de mulher trans negra de pele clara continua a me levar a esse não lugar.

A questão que levanto não é contradizer a existência das diferenças e privilégios que eu carrego por ter a pele mais clara mais sim chamar a atenção para a discussão sobre o conceito de colorismo sem perdermos a percepção de que:

a discriminação contra os pardos é menor do que contra os pretos, mas a renda dos pardos se aproxima da dos pretos e não da dos brancos. Sendo assim, a principal segmentação racial se dá entre os brancos e não-brancos, mesmo que, geralmente, os pretos sofram mais discriminação que os pardos.” (TELLES, 2003, p. 231)

Portanto, esse é mais um problema que vivencio, problema este não diretamente comigo mais sobre mim, que se dá a partir das experiências vivenciadas no Brasil em que o preconceito racial é de marca “quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque.” (NOGUEIRA, 2017, p. 292) ao contrário dos Estados Unidos, por exemplo em que o preconceito é de origem, ou seja, “quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito”. (NOGUEIRA, 2017, p. 292).

Além disso, tenho encontrado também algumas falas de uma dessas

mulheres que são legítimas por terem vários marcadores sociais como ser negra, gorda, candomblecista e etc. enquanto eu teria, segundo elas, apenas um (aqui me faz sempre refletir o movimento de luta dentro do próprio movimento). E, a medida que dou mais passos e conquistas que me levam a adentrar em diversos espaços e obter conquistas, surge também um estranhamento dessas mulheres que passam a se comportar com ambivalência em minha presença, o que pode ser notado através de suas expressões faciais não agradáveis, sem justificativas fundamentadas em algo concreto. É por esses e outros motivos que me proponho a escrever sobre solidão, por identificar que ser travesti ou transexual, que se autoidentifica como negra mas que tem a pele clara, poderá na maioria das vezes nos levar a sermos vistas como o bode expiatório da situação e nos deixa em uma situação de vigilância perversa.

Considerações Finais

Escrever sobre solidão então não tem nada diretamente ligado com a ausência de um cônjuge, é escrever sobre todo esse processo de socialização em que se encontra as pessoas trans, as que estão na marginalização e as que tentam adentrar nos espaços e por isso acabam encontrando ainda mais barreiras. Tais barreiras são utilizadas como instrumentos para baixo autoestima e um desencorajamento para a escrita da mulher trans e que na maioria nas vezes poderá resultar em uma autoexclusão. Nesse sentido, neste trabalho não se propõe a afirmar que todas as mulheres trans e negras dentro dos espaços acadêmicos passem as mesmas situações mas sim problematizar e trazer a reflexão sobre alguns desafios e obstáculos a partir de minha vivência na academia, e fora dela, como forma de provocar ainda mais discussões sobre o tema e chamar a atenção para o papel dos movimentos acadêmicos ou não, que se propõem a lutar por uma universidade com mais acesso de pessoas trans, e mais do que isso, lutar pela garantia de sua permanência.

Referências

ALVES, E. de S., et al. Racismo e inserção do negro no mercado de trabalho. In: XV jornada científica dos Campos Gerais. Ponta Grossa. **Anais...** Ponta grossa, 2017. p. 1-5.

BORDIEU, P. **A dominação masculina**. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, J. **Le pouvoir des mots**. Politique du performatif. Paris: Éditions Amsterdam, 2004.

CÔRREA, M. Sobre a invenção da mulata. **Cadernos Pagu**, v. 6/7, p. 35-50. 1996.

FIGUEIREDO, A. Carta de uma ex-mulata a Judith Butler. **Periodicus**, n. 3, v. 1, p.152-169. 2015.

JONES, SH; ADAMS, TE; ELLIS, C. Handbook of autoethnography. Walnut Creek: Left Coast Press; 2013. 736 p. (Coleção Queer). **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 31, v. 6, p. 1337-1340, jun. 2015. Resenha.

LOSTADA, L. R. Ethos: a dominação masculina na formação do sujeito. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 144-161, jan./abr. 2016.

MASCARENHAS, M. *et al.* Violência Contra a Pessoa idosa: análise das notificações realizadas no setor da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 9, p. 2331-2341. 2012.

MELO, E. Feminismo: Velhos e novos dilemas uma contribuição de Joan Scott. **Cadernos Pagu**, n. 31, p. 552-564. 2008.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, **Revista de Sociologia da USP**, v. 19, n. 1, p. 287-308. 2017.

SCHULMAN, S. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Bagoas**, n. 5, p. 67-78. 2010.

TELLES, E. E. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Ruleme Dumará, 2003.

VERSIANI, D. **Autoetnografias: Conceitos alternativos em construção**. 2002a. Tese (doutorado em Estudos da Literatura) – Programa de Pós-graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ.

VERSIANI, D. B. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. **Letras de hoje**, v. 37, n. 4, p. 57-72, dezembro. 2002b.

Recebido em 20 de Agosto de 2018.

Aceito em 23 de Agosto de 2018.

Ariane Senna

